ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

COMISSÃO PERMANENTE DE RAMO DA FORÇA AÉREA

Caros camaradas:

Este comunicado tem como dupla finalidade informar a classe sobre a posição da Comissão Permanente de Ramo da Força Aérea (CPRFA) em relação ao "Manifesto aos Sargentos da Força Aérea" e fazer também um ponto da situação sobre o Novo Sistema Retributivo (NSR).

_ "Manifesto"

Na última quinta feira, dia 28NOV96, começou a circular pelas unidades da Força Aérea um "Manifesto" que propõe após alguns comentários sobre o NSR, que todos os Sargentos metam parte de doente durante o dia 10DEZ96.

No mesmo dia surgiu um recado no atendedor de chamadas da ANS da parte do Sr Carlos Varela, jornalista do "Correio da Manhã" pedindo-nos que o contactássemos. Essa mensagem só foi ouvida após as horas normais de serviço (os elementos da ANS estão todos no activo) e quando foi feito o contacto com o jornal, o Sr jornalista já não se encontrava, nem se encontrava ninguém relacionado com a edição de defesa.

No dia 29NOV96 surge no jornal "Correio da Manhã" um artigo sobre o "Manifesto" em que as posições expressas, nada têm a ver com a ANS nem com a CPRFA.

Este documento merece os seguintes comentários:

- A proposta de meter parte de doente não é subscrita pela CPRFA, pois trata-se de uma medida inadequada para resolver a situação. Não é a altura de a classe tomar medidas deste tipo.
- 2. O aparecimento de iniciativas deste tipo (documentos anónimos coordenados com notícias de jornais) provoca-nos grande desconfiança, pois em face do descontentamento e exaltação existentes na classe de sargentos, podem provocar a desunião, querem provocar a acção a qualquer custo e esvaziar todos os esforços que estão a ser desenvolvidos pelas organizações representativas da classe, o que iria fazer o processo voltar atrás.
- 3. Qualquer iniciativa a ser tomada pela ANS ou pela CPRFA será sempre perfeitamente identificada.
- 4. No caso de surgirem algumas dúvidas quanto a alguma iniciativa consulta os elementos da CPRFA da tua unidade, ou em alternativa a ANS.

"Novo Sistema Retributivo"

Desde o último comunicado (30OUT96), a ANS foi recebida pelo Chefe da Casa Militar da Presidência da República, pela Comissão Parlamentar de Defesa e pelo Sr Provedor de Justiça.

Em todas as audiências a ANS fez sentir o seguinte:

_Que é incompreensível e inaceitável que se reconheça a injustiça provocada pelo DL 80/95 e nada se faça para a resolver.

_Que a não resolução do problema é um atentado à nossa dignidade e que as dificuldades de solução, jamais podem legitimar a continuação desta injustiça.

_Que a ANS continua disponível para colaborar na resolução deste e de outros problemas que afectam a classe.

As entidades que nos receberam mostraram-se sensibilizadas para o problema e afirmaram que iriam envidar esforços no sentido da sua resolução.

Não pode servir de desculpa para o protelar da resolução dizer que o problema foi herdado do governo anterior, pois ao que sabemos o Director Geral de Pessoal do MDN e as pessoas que dele dependem neste assunto são as mesmas.

Sendo a ANS a única entidade, reconhecidamente, com legitimidade de diálogo com o poder político, nos assuntos que aos sargentos dizem respeito, tendo inclusivamente sido iniciada uma via de consulta entre nós e o governo, estranhamos e lamentamos que sobre esta matéria os vários pedidos de audiência formulados não tenham tido qualquer resposta por parte do MDN. A continuar esta postura por parte do MDN seria o pior que poderia acontecer, porque teria como efeito o desacreditar das vias institucionais como forma de resolução dos problemas, abrindo-se desta forma caminho a todo o tipo de "Manifestos" e à radicalização sem controlo dos problemas. Neste momento é importante que cada uma das partes envolvidas assuma as suas responsabilidades. **Nós assumimos as nossas.**

Unidos e determinados, continuaremos a defender com firmeza e intransigência os nossos direitos.

Jamais poderemos permitir que se ponha em causa a união dos sargentos e a sua confiança nas estruturas que os representam através de manobras pouco claras e não identificadas.

Lisboa, 1 de Dezembro de 1996